

1 MINUTA DE ATA DA XIV REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL
2 DE RECURSOS HÍDRICOS

3 LOCAL: IBAMA Sede, Auditório 1, SAIN, Av. L 4 Norte – Brasília/DF

4 DATA: 29 DE OUTUBRO DE 2004

5 **Abertura:** Às nove horas e quarenta minutos do dia vinte e nove de outubro de
6 2004, no IBAMA Sede, Auditório 1, SAIN, Av. L 4 Norte – Brasília/DF, teve início a
7 XIV Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH. O
8 Sr. João Bosco Senra, Secretário Executivo do CNRH, convidou a Sra. Ministra de
9 Estado do Meio Ambiente, Marina Silva, o Diretor – Presidente da Agência
10 Nacional de Águas - ANA, Sr. Jerson Kelman e o diretor do IBAMA, Sr. Luiz
11 Fernando Krieger Merico (MMA/IBAMA) para comporem a mesa. Após o
12 assentimento de todos, em prosseguimento, o Sr. João Bosco Senra passou a
13 palavra inicialmente ao Sr. Luiz Fernando Krieger Merico, que desejou um bom dia
14 de trabalho a todos, e à Ministra Marina Silva para seu pronunciamento. A Sra.
15 Ministra Marina Silva cumprimentou os presentes e prosseguiu falando da
16 satisfação em estar na Reunião do CNRH. Ressaltou a preocupação do Governo
17 Lula em criar processos estruturantes que sejam organizadores de uma política
18 que incorpore critérios de sustentabilidade nas ações ambientais, com destaque
19 para a elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, por meio de
20 um processo regionalizado e descentralizado; falou do ato de instalação das
21 Comissões Executivas Regionais – CERs, a ser realizado em Brasília, no dia 4 de
22 novembro próximo, convidando a todos para se fazerem presentes. Falou que,
23 nesse mesmo dia, o Ministério do Meio Ambiente estará assinando um Protocolo
24 de Intenções com o Banco Interamericano de Desenvolvimento visando o
25 estabelecimento de um termo de cooperação técnica para elaboração do Plano
26 Nacional de Recursos Hídricos, cujo montante de recursos soma US\$ 550 mil
27 (quinhentos e cinquenta mil dólares). Destacou outras conquistas importantes
28 para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH como
29 a aprovação do Plano da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, pelo seu
30 respectivo comitê, além da eleição e posse da nova diretoria do Comitê da Bacia
31 do Verde Grande, o qual teve sua criação aprovada por este Conselho em 2003.
32 Destacou, também, o bem sucedido processo de outorga do Sistema Cantareira,
33 em São Paulo, envolvendo negociações entre a ANA, o Governo do Estado de São
34 Paulo e os Comitês do Piracicaba e do Tietê. Ressaltou a constituição do grupo de
35 trabalho criado pela Portaria Interministerial n.º 206, o qual tem a finalidade de
36 propor ações que visem solucionar questões operacionais decorrentes da cobrança
37 pelo uso da água, apontando novos mecanismos de arrecadação e de aplicação
38 dos recursos oriundos da cobrança, assunto este amplamente discutido pela
39 Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos. Notificou que está
40 sendo publicado um Decreto que altera dispositivo do Decreto n.º 4.613,
41 permitindo que o Ministério do Meio Ambiente possa custear as despesas de
42 deslocamento e estadia de representantes de Organizações Civas neste Conselho,
43 atendendo mais uma deliberação deste plenário e contribuindo com a diretriz
44 expressa pelo governo de ampliar o controle e a participação social no processo
45 de gestão de recursos hídricos. Classificou o CNRH como o principal pilar do
46 Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e afirmou que muitas
47 das conquistas obtidas pelo setor de recursos hídricos seriam fruto das
48 contribuições advindas deste Conselho. Finalizou agradecendo a atenção e
49 desejando a todos uma boa reunião. O Sr. João Bosco Senra agradeceu e
50 convidou o Sr. Luiz Cláudio Figueiredo, da Secretaria Executiva do CNRH, para
51 também compor a mesa, declarando, então, aberta a sessão. Solicitou ao Sr. Luiz
52 Cláudio Figueiredo que verificasse o quórum do plenário, que foi confirmado em
53 número suficiente para o início dos trabalhos. O Sr. João Bosco Senra solicitou,
54 em seguida, ao Sr. Luiz Cláudio Figueiredo que procedesse à Leitura dos

Informes. Após a Leitura dos Informes, referente aos procedimentos do regimento interno, foi realizada a apresentação dos novos Conselheiros que tomaram posse: o Ministério da Justiça indicou o Sr. Carlos Hugo Suarez Sampaio como Conselheiro Suplente; o Ministério da Defesa indicou o Sr. Rodrigo Otávio Fernandes de Hônkis como Conselheiro Titular; o Ministério das Relações Exteriores indicou o Sr. Hadil Fontes da Rocha Vianna como Conselheiro Titular; o Ministério da Cultura indicou o Sr. Miguel Batista Ribeiro Neto como Conselheiro Suplente; o Ministério do Desenvolvimento Agrário indicou o Sr. Márcio Hirata como Conselheiro Titular; o Ministério da Integração Nacional indicou o Sr. João Lúcio Farias de Oliveira como Conselheiro Suplente; o CERH do Rio Grande do Sul indicou o Sr. Adilson Troca como Conselheiro Titular; o CERH da Paraíba indicou o Sr. Francisco Xavier Monteiro da Franca como Conselheiro Titular; o CERH de Alagoas indicou o Sr. Ronaldo Pereira Lopes como Conselheiro Suplente; o CERH de Santa Catarina indicou o Sr. Sérgio José Godinho como Conselheiro Suplente; o CERH do Espírito Santo indicou a Sra. Maria da Glória Brito Abaurre como Conselheira Suplente; o setor Hidroviário indicou o Sr. Luiz Fernando Horta de Siqueira como Conselheiro Suplente e o setor das Indústrias indicou o Sr. Nelson Pereira dos Reis como Conselheiro Titular. O Sr. João Bosco Senra declarou empossados os novos Conselheiros e indagou se existiam matérias de urgência e/ou a serem retiradas de pauta. Foram destacadas duas propostas de inclusão de requerimentos de urgência: a primeira tratando sobre o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional e a segunda sobre a renovação do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba. Foi registrada também a existência de Moção, referente à primeira proposta apresentada, aprovada pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – CBHSF, solicitando que fosse realizada uma reunião específica do CNRH para tratar deste assunto. Em seguida, o Sr. João Bosco consultou o Conselheiro do Ministério da Integração Nacional a respeito da Moção apresentada pelo CBHSF. O Conselheiro Hypérides Macêdo, do Ministério Integração Nacional, salientou já existir uma longa discussão acerca da matéria, mas em virtude da magnitude e importância do tema, concordou com a proposta do CBHSF, sem detrimento do regime de urgência do pedido do Ministério da Integração Nacional. Indagou qual seria a data da reunião proposta, sendo informado pelo Sr. João Bosco Senra a data de 30 de novembro, em concordância com o prazo pleiteado na moção do CHBSF. O Conselheiro Hypérides Macêdo, do Ministério Integração Nacional, disponibilizou aos conselheiros CDs com os Projetos Ambientais e de Integração das Bacias para consulta e disponibilizou o corpo técnico do Ministério da Integração para realizar eventuais esclarecimentos. A Conselheira Ninon Machado, das ONGs, apresentou então uma proposta de Moção que, tendo em vista a decisão do CBHSF, solicita que ela fosse respeitada e que o assunto fosse encaminhado às câmaras técnicas do CNRH, de forma a fortalecer o SINGREH. A Conselheira Patrícia Boson, da Indústria, destacou o artigo 12 do Regimento Interno do Conselho, afirmando que as propostas de resolução teriam que passar pela câmara técnica competente; louvou a decisão do Ministério da Integração em acatar a proposta do CBHSF, ratificando que fortalecer os comitês seria favorecer a descentralização da gestão. O Conselheiro Carlos Alencastre, dos Comitês, solicitou a aprovação da Moção apresentada pela Conselheira Ninon Machado, das ONGs, e destacou que a matéria deveria ser aprovada pelo CBHSF, que ainda está discutindo esse assunto, e pelo CNRH. O Sr. João Bosco Senra consultou a plenária sobre a aceitação do requerimento de urgência encaminhado pelo Conselheiro do Ministério da Integração Nacional, sendo aprovado por 28 votos a favor, 16 votos contra e 01 abstenção. O Sr. João Bosco Senra anunciou a convocação prévia para a XV Reunião Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de novembro de 2004, com pauta exclusiva para a

discussão, mantido o regime de urgência, do tema proposto pelo requerimento de urgência apresentado pelo Ministério da Integração Nacional. O Sr. João Bosco Senra esclareceu ainda que, para a proposta de Moção apresentada pela Conselheira Ninon Machado, das ONGs, ser apreciada, o requerimento deveria conter a assinatura de, pelo menos, 15 (quinze) Conselheiros no momento do seu encaminhamento, situação esta que não ocorrera. Portanto, o requerimento de urgência não foi acolhido por 24 votos contra, 19 a favor e 02 abstenções. Dando continuidade aos trabalhos foi votada a aceitação da segunda proposta de requerimento de urgência: proposta de Moção que trata da prorrogação do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba, a qual foi acatada. A pedido do Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, Conselheiro Julio Thadeu Kettelhut, da SRH/MMA, o **Item 2.2** da pauta – proposta de resolução que define procedimentos, prazos e formas para promover a articulação de que trata o art. 4º da Lei nº 9.433, de 1997 e o art. 21, § 4º, da Lei nº 9.984, de 2000, foi retirado de pauta. Ainda sobre este item, o Conselheiro Mauro Viegas, da Indústria, manifestou-se, através de correspondência, lida pelo Sr. João Bosco Senra, com o seguinte teor: “O Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro, em sua reunião nº 08, de 30 de setembro pp, aprovou por maioria absoluta o documento elaborado pela Câmara Técnica Institucional e Legal, deste Conselho, que contém os dispositivos destinados a aprimorar a Lei Estadual nº 4.247, de 2003, com a finalidade de adequá-la plenamente aos princípios, fundamentos e objetivos das leis federal e estadual concernentes ao gerenciamento de recursos hídricos. Em decorrência da decisão do plenário do Conselho Estadual, manifesta-se oportuna a retirada de pauta da Moção apresentada ao Conselho Nacional, que trata de matéria pertinente”. O Sr. Luiz Cláudio Figueiredo, da Secretaria Executiva do CNRH, leu, então, a nova ordem do dia, após a aprovação dos requerimentos: **Item 1** - Aprovação da minuta de Ata da XI Reunião Ordinária do CNRH, **Item 2** – deliberação sobre propostas de resolução: **requerimentos de urgência** – que solicita a prorrogação do prazo de mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba; **Item 2.1** - institui a Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zonas Costeiras – encaminhada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais; **Item 2.2** – retirado de pauta, **Item 3** - Deliberação sobre propostas de Moção: **Item 3.1** – recomendando a implantação de Projeto Piloto de Gestão Integrada e Sustentável de Recursos Hídricos e Ambiental nas Bacias Transfronteiriças da Lagoa Mirim e do Rio Quaraí – encaminhada pela Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços; **Item 3.2** – solicitando o desapensamento de Projetos de Lei ao PL nº 1.616, de 1999 - encaminhada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais; **Item 3.3** – referente ao relatório “O Estado Real das Águas no Brasil 2003-2004”, elaborado pela Defensoria da Água – encaminhada pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais; **Item 4** – Apresentação: **Item 4.1** “Estágio atual de desenvolvimento do Plano Nacional de Recursos Hídricos” – solicitada pela Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos. O Sr. João Bosco Senra perguntou ao plenário se a nova ordem estava aceita e, não havendo manifestação em contrário, a mesma foi aprovada. O Sr. João Bosco Senra submeteu então ao plenário o **Item 1**: Aprovação da minuta de Ata da XI Reunião Ordinária do CNRH. A Conselheira Ninon Machado, das ONGs, a Conselheira Cristina Yuan, das Indústrias, e o Conselheiro João Maurício Cabral de Mello, do Ministério das Relações Exteriores, propuseram modificações que foram incorporadas à Ata da reunião precedente. O Sr. João Bosco Senra perguntou se havia mais alguma modificação e, não havendo, colocou a aprovação da Ata em votação, o que ocorreu com as modificações sugeridas. Após a aprovação da Ata,

a Sra. Ministra Marina Silva se retirou, tendo em vista compromissos assumidos anteriormente. Em seguida passou-se ao **Item 2** de pauta: **Requerimento de Urgência**: Deliberação sobre proposta de resolução que prorroga o prazo de mandato da diretoria provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba (ANEXO I). O Sr. João Bosco Senra, iniciando a apreciação do requerimento de urgência, passou a palavra ao Conselheiro Jerson Kelman, da ANA, o qual solicitou ao Sr. Rodrigo Flecha, Superintendente de Apoio a Comitês, que fizesse a apresentação (ANEXO II) relativa ao tema. O Sr. Rodrigo Flecha apresentou um histórico do comitê, destacou as ações da Superintendência de Apoio a Comitês da ANA desenvolvidas em parceria com os estados envolvidos, citou os exemplos dos resultados atingidos nas bacias dos rios Piranhas-Açu, Verde Grande, Poti-Longá, São Francisco, dentre outras, pelos planos de regularização e ordenamento dos usos da água, assim como no estabelecimento do marco regulatório qualitativo da água. Sugeriu que o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê deveria ser prorrogado em função dos enormes ganhos que seriam alcançados e o amadurecimento a ser atingido pelo Comitê. O Sr. João Bosco Senra pôs a matéria em discussão e votação, sendo a mesma aprovada. Deu então continuidade à ordem do dia, passando ao **Item 2.1**: proposta de Resolução para instituição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zonas Costeiras (ANEXO III). Convidou então o Conselheiro Julio Thadeu Silva Kettelhut, da SRH/MMA, Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, para encaminhar a matéria, o qual iniciou explicando que a CTIL havia procedido à análise do tema, a pedido da plenária do CNRH, tendo criado inclusive um Grupo de Trabalho – GT para se debruçar sobre o assunto, destacando a realização, em setembro, de uma oficina de trabalho em Brasília. Asseverou que existia um parecer favorável da CTIL sobre a matéria e convidou a Sra. Rosa Mancini, Secretária Executiva do Comitê da Bacia Hidrográfica do Litoral Norte, São Paulo, coordenadora do GT, para que fizesse uma exposição da matéria. A Sra. Rosa Mancini falou da Oficina organizada pela CTIL, que contou com a participação de 15 instituições, destacou o ambiente de sinergia onde se desenvolveram as atividades do GT e falou dos 17 estados costeiros brasileiros envolvidos e do contexto histórico dessa discussão. Apresentou algumas características e o conceito de zonas costeiras, com ressalva que um terço da população brasileira residiria nessas zonas. Em prosseguimento, apresentou os comitês e colegiados já instalados, suas atividades, assim como os dispositivos legais para a integração da gestão de bacias hidrográficas e da zona costeira. Falou também da complementaridade das diretrizes dos dois sistemas, recursos hídricos e de gestão costeira, afirmando que a Câmara Técnica traria governabilidade ao tema através do fortalecimento técnico, institucional, político e financeiro, e concluiu apresentando as competências previstas para a Câmara. O Sr. João Bosco Senra abriu a matéria para discussão. O Conselheiro Jerson Kelman, da ANA, pediu vistas à matéria, pois, segundo ele, pela importância do tema, deveriam ser abordados mais fatores e analisadas outras dimensões do tema, se propondo a apresentar um substitutivo na próxima Reunião Ordinária do Conselho. A Conselheira Patrícia Boson, da Indústria, afirmou ter dúvidas no tocante às diretrizes gerais da CT e prontificou-se a contribuir nos trabalhos da ANA. Foi então concedido o pedido de vistas do Conselheiro Jerson Kelman, da ANA, com prazo para envio do respectivo parecer em tempo hábil para encaminhamento à reunião ordinária do CNRH prevista para dezembro deste ano. Em seguida, o Sr. João Bosco Senra informou que o requerimento de urgência encaminhado pela Sra. Ninon Machado, das ONGs, havia retornado à mesa com as quinze assinaturas necessárias. O Sr. Walter Otaviano, representante da Consultoria Jurídica do MMA - CONJUR/MMA, afirmou que o requerimento estaria prejudicado, por já haver sido acatado o pedido de urgência solicitado pelo

217 Ministério da Integração Nacional. O Conselheiro Antônio Evangelista, das ONGs,
218 disse que, como o requerimento havia sido assinado por quinze conselheiros, não
219 entendia a sua não aceitação, haja vista que o mesmo estaria de acordo com o
220 Regimento Interno do CNRH. O Sr. Walter Otaviano, da CONJUR/MMA, disse que a
221 matéria objeto desse requerimento já havia sido votada e seu encaminhamento
222 decidido pelo plenário para discussão em reunião extraordinária prevista para 30
223 de novembro próximo. O Conselheiro Antônio Evangelista, das ONGs, disse que
224 não seria esse o entendimento que os 15 conselheiros que haviam assinado o
225 requerimento tinham, e que esse anseio deveria ser considerado. O Sr. Walter
226 Otaviano, CONJUR/MMA, falou que esse mesmo anseio teria sido externado
227 quando da discussão e votação pela Plenária da mesma matéria por meio do
228 requerimento de urgência anterior. A Conselheira Patrícia Boson, da Indústria,
229 solicitou ao Sr. João Bosco Senra que realizasse a leitura da proposta de Moção.
230 Após a leitura, a Conselheira Ninon Machado, das ONGs, ponderou que a proposta
231 seria aprofundar a discussão ao encaminhar a matéria para as Câmaras Técnicas
232 do CNRH, procedimento também respaldado pelo Regimento Interno. A
233 Conselheira Cristina Yuan, da Indústria, ressaltou que a concordância com o
234 adiamento da discussão do assunto, pelo Conselheiro Hypérides Macêdo, do
235 Ministério da Integração Nacional, revelaria a extrema relevância do tema, o qual
236 deveria ser objeto de posicionamento do Comitê e também das Câmaras Técnicas
237 o que, na opinião dela, não implicaria em conflito, mas reforço ao SINGREH.
238 Concluiu afirmando que o CNRH deveria apoiar as decisões dos comitês. O
239 Conselheiro Carlos Alencastre, dos Comitês, reforçou as palavras da Conselheira
240 Cristina Yuan, da Indústria, e esclareceu que o acatamento d requerimento de
241 urgência não implicaria em concordância com o seu mérito. O Conselheiro Jairo
242 Lousa, dos Irrigantes, solicitou o acolhimento do requerimento e que já fosse feita
243 a indicação da Câmara Técnica para a qual ele deveria ser encaminhado,
244 afirmando que os pactos políticos deveriam ser firmados tendo por base decisões
245 técnicas. O Conselheiro Maurício Garcia, do Ministério da Educação, indagou ao
246 Sr. Walter Otaviano, CONJUR/MMA, se um requerimento de urgência não
247 aprovado deveria ser encaminhado para a reunião seguinte, considerando o
248 parágrafo 4º do artigo 14 do Regimento Interno do CNRH, Em resposta, o Sr.
249 Walter Otaviano, CONJUR/MMA, informou que o requerimento de urgência estaria
250 prejudicado em razão do objeto da matéria já ter sido motivo de decisão anterior
251 pela plenária deste conselho na presente reunião. O Conselheiro Hypérides
252 Macedo, Ministério da Integração Nacional, afirmou não querer levantar sutilezas,
253 mas que, no âmbito da CT de Análise de Projeto, existiriam relatos de discussões
254 sobre o tema. Ratificou que a concordância do Ministério da Integração Nacional
255 em debater a questão em reunião específica, em respeito às decisões tomadas
256 pelo CBHSF, não dispensaria o regime de urgência solicitado. O Sr. Walter
257 Otaviano, CONJUR/MMA, fez a leitura do artigo 12 do Regimento Interno do CNRH
258 e disse que o mesmo não poderia ser interpretado isoladamente, deveria haver
259 uma leitura sistêmica, tendo em vista que o artigo 14 estabeleceria a
260 possibilidade de uma matéria vir diretamente para o plenário do CNRH, sem a
261 necessidade de passar pelas suas Câmaras Técnicas, assim como o artigo 39
262 indicaria que, em algumas situações, não caberia às Câmaras Técnicas a
263 apreciação de matérias. A Conselheira Ninon Machado, das ONGs, lembrou que a
264 prudência ensinaria a agir com cuidado, que o Regimento Interno poderia ter
265 várias interpretações e que a cultura do CNRH seria ter as matérias apreciadas
266 pelas Câmaras Técnicas. Asseverou que o próprio Ministério da Integração
267 Nacional iria ganhar com a discussão do assunto nas Câmaras Técnicas e que,
268 pela importância do processo, o mesmo mereceria a devida atenção. A
269 Conselheira Patrícia Boson, da Indústria, indagou ao Secretário Nacional de
270 Recursos Hídricos se não haveria interesse de que as Câmaras Técnicas e o

271 Comitê fossem ouvidos, destacando que essa falta de interesse estaria sendo
272 buscada e amparada pela lei. Afirmou que haveria tempo hábil para que as
273 Câmaras Técnicas e o Comitê fossem ouvidos e, concluindo, disse que ainda não
274 seria o momento de se tomar posição contra ou a favor da transposição, mas de
275 fortalecimento da gestão descentralizada do sistema através das discussões. O Sr.
276 João Bosco Senra falou que o plenário deveria responder a esses
277 questionamentos. Em seguida, indagou ao plenário se a mesa diretora da reunião
278 deveria acatar o requerimento de urgência da Moção encaminhada pela
279 Conselheira Ninon Machado. O pedido de acolhimento do requerimento de
280 urgência foi então rejeitado por 24 votos contrários, 14 a favor e 02 abstenções.
281 O Sr. João Bosco Senra passou ao **Item 3.1:** proposta de Moção recomendando a
282 implantação de Projeto Piloto de Gestão Integrada e Sustentável de Recursos
283 Hídricos e Ambiental nas Bacias Transfronteiriças da Lagoa Mirim e do Rio Quaraí
284 (ANEXO IV). O Conselheiro João Maurício Cabral de Mello, do Ministério das
285 Relações Exteriores, Presidente da Câmara Técnica de Gestão de Recursos
286 Hídricos Transfronteiriços – CTGRHT, explicou que a proposta trazia a idéia de
287 institucionalização da gestão dos recursos hídricos na região, classificando-a como
288 de grande relevância em termos bilaterais. Convidou o Sr. João Soares Viegas
289 Filho, Diretor da Agência de Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, para
290 proferir apresentação (ANEXO V) sobre a proposta. O Sr. João Soares Viegas Filho
291 lembrou que a apresentação já havia sido realizada na reunião anterior do CNRH
292 destacando o fato do projeto vir sendo construído ao longo do tempo, na busca do
293 desenvolvimento sustentado da área. Indicou a existência de duas comissões,
294 uma do Quaraí e outra da Lagoa Mirim, que acompanham os trabalhos, e
295 destacou a composição e as ações da Seção Brasileira e da Delegação Uruguaia.
296 Frisou que o projeto nasceria de uma experiência exitosa realizada no Rio Quaraí
297 e afirmou que a Seção Brasileira havia formado um embrião de um comitê de
298 bacia hidrográfica. Apresentou também a caracterização geográfica da bacia em
299 questão, as premissas fundamentais do projeto, os marcos institucionais e legais
300 das relações internacionais e a conformação institucional proposta para gestão do
301 projeto. O Sr. João Bosco Senra colocou a matéria em discussão. O Conselheiro
302 Fernando Becker, Hidroviários, ressaltou a conotação complexa que a região
303 apresentaria, como a relacionada à irrigação de culturas de arroz e navegação,
304 implicando em muitos cuidados a serem tomados durante esta gestão; concluiu
305 sugerindo que fosse levado em consideração, na criação do grupo de trabalho,
306 que não fosse permitida a criação de qualquer tipo de circunstância que pudesse
307 levar óbices ao lado brasileiro. O Sr. João Bosco Senra colocou a matéria em
308 votação e a mesma foi aprovada. Seguiu a reunião com o **Item 3.2:** Proposta de
309 Moção solicitando o desapensamento de Projetos de Lei ao PL nº 1.616, de 1999
310 (ANEXO VI). O Sr. Julio Thadeu Silva Kettelhut, da SRH/MMA, Presidente da CTIL,
311 apresentou a matéria dizendo que no decorrer do processo de apreciação do PL nº
312 1.616, de 1999, na Câmara dos Deputados, havia sido criada uma comissão
313 especial, a qual fora ampliada para analisar todas as propostas que tratassem de
314 recursos hídricos apensadas ao PL nº 1.616. Relatou que a CTIL havia feito
315 análise de todos os projetos apensados e, por acreditar que alguns deles não
316 teriam relação direta com a gestão dos recursos hídricos e tampouco o PL nº
317 1.616, poderiam ser desapensados os Projetos de Lei nº 4.296, 1.693, 6.222 e
318 1.181. O Sr. João Bosco Senra colocou a matéria em discussão e votação sendo a
319 mesma aprovada. Passou então ao **Item 3.3:** Proposta de Moção referente ao
320 relatório "O Estado Real das Águas no Brasil 2003-2004" (Sinopse) elaborado pela
321 Defensoria da Água (ANEXO VII). O Conselheiro Carlos Alencastre, dos Comitês,
322 falou que havia tomado conhecimento do relatório através da imprensa e
323 classificou o mesmo como uma "*metralhadora giratória*". Entretanto, destacou que
324 sua elaboração contava com a participação de instituições importantes como a

325 Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Conferência Nacional dos Bispos do
326 Brasil - CNBB e Ministério Público Federal. Leu trechos do relatório e explicou que
327 a Moção proposta pretendia defender o SINGREH, além de convidar a todos para
328 envidar esforços na discussão e no engajamento a ele, que estaria sendo
329 arduamente construído. O Conselheiro Antônio Moreira, Ministério da Defesa,
330 afirmou que não existiriam registros da existência de um Centro de Excelência em
331 Recursos Hídricos na estrutura do Ministério da Defesa, conforme citado no
332 relatório. O Conselheiro José Nilson Campos, das Organizações Técnicas e de
333 Ensino e Pesquisa, disse que as opiniões apresentadas no relatório deveriam ser
334 mais responsáveis e melhor elaboradas, e que muitas não apresentariam
335 embasamento técnico. Afirmou que, quando são elencados representantes, como
336 no caso desse documento, deveria se supor que os mesmos haviam sido indicados
337 pelos órgãos. Sugeriu que a Moção fosse encaminhada a todas as instituições que
338 subscrevem o relatório, integrantes do Conselho Deliberativo da Defensoria da
339 Água, inclusive ao reitor da UFRJ. Complementando, o Conselheiro Jerson
340 Kelman, da ANA, frisou que nenhum professor da área de recursos hídricos
341 participou do trabalho e expressou sua concordância com o encaminhamento do
342 Conselheiro José Nilson Campos, das Organizações Técnicas e de Ensino e
343 Pesquisa. O Conselheiro Julio Thadeu Silva Kettelhut, do MMA, concordou com
344 todos e ressaltou que UFRJ, Ministério Público Federal e CNBB deveriam tomar
345 providências ao terem seus nomes envolvidos em documento que conteria
346 inverdades e agressões. Destacou as ações do CNRH, Conselhos Estaduais e
347 Comitês de Bacia afirmando que o documento é um desrespeito ao mesmos e ao
348 SINGREH. A Conselheira Cristina Yuan, da Indústria, afirmou que já havia
349 conversado pessoalmente com a professora da UFRJ participante do trabalho e
350 que ela teria se atido à demonstração de indicadores e passivos ambientais dos
351 relatórios contábeis das empresas. Lembrou o debate realizado no dia oito de
352 outubro pp, na TV Senado, do qual participaram o Sr. João Bosco Senra,
353 Secretário de Recursos Hídricos, além de representantes da ANA, da Defensoria
354 da Água e do Ministério Público Federal, onde havia sido ratificada a necessidade
355 de posicionamento do CNRH sobre o assunto. Disse que esta seria apenas o
356 primeiro, de um total de três relatórios, e lembrou que eles ainda seriam
357 divulgados em fóruns expressivos de alcance internacional. Concordou que se
358 trataria de um texto sem fundamentação técnica que acusaria de forma caluniosa
359 o SINGREH e seus integrantes, corroborando que a moção deveria ser endereçada
360 a todos os que o assinaram. Solicitou a aprovação da Moção e concluiu dizendo
361 que o setor industrial, por ter sido citado no documento, estaria tomando as
362 medidas judiciais cabíveis. O Sr. João Bosco Senra esclareceu que já havia levado
363 o documento ao conhecimento do Governo Brasileiro. Disse que havia defendido o
364 SINGREH quando da realização do debate na TV Senado e que o CBHSF já havia
365 feito uma Moção de repúdio ao Relatório. O Conselheiro Rui Brasil, do CERH-SP,
366 disse que não queria se ater a detalhes das diversas acusações formuladas, mas
367 afirmou que haviam sido feitas a diversos órgãos do estado de São Paulo e que
368 estão sendo adotados os devidos encaminhamentos dentro dos trâmites legais.
369 Também afirmou que as declarações careceriam de base e sustentação, tanto que
370 pessoas e entidades de organizações não governamentais ligadas à coordenação
371 desse trabalho teriam recorrido contra o Governo do Estado de São Paulo,
372 perdendo em todas as instâncias, mas que, mesmo assim, incluíram essas
373 denúncias no corpo do documento. Classificou o relatório como lamentável e
374 concluiu afirmando que o CNRH deveria se manifestar pelo fortalecimento e
375 credibilidade do SINGREH. O Conselheiro Jairo Lousa, dos Irrigantes, destacou
376 que a Defensoria da Água havia sido criada em 16 de março de 2004, mas, em
377 poucos meses, havia feito um relatório desse porte afirmando que todos os
378 aspectos negativos na gestão da água seriam de responsabilidade do governo e

dos usuários, enquanto os positivos seriam das instituições que elaboram o relatório. A Conselheira Ninon Machado, das ONGs, afirmou que o Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - FBOMS tem posição a respeito dos temas abordados no Relatório em análise e que está consubstanciada no Documento a Sustentabilidade que Queremos, que foi pela primeira vez divulgado para a Cúpula do Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo 2002, e que foi distribuído a todos os membros do CNRH anteriormente. E quanto ao conteúdo do Relatório em discussão demonstrou preocupação, pois a decisão que o CNRH havia tomado com respeito à transposição do São Francisco demonstrava a quebra do processo decisório no CNRH, o que de certo modo ratificava as afirmações constantes do Relatório; por outro lado quando a posição de professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro lembrava a liberdade de pensamento e acadêmica, liberdade com responsabilidade; ainda mais ressaltou a importância de termos legitimidade e representatividade daqueles que falam em nome da sociedade brasileira, como é o caso do FBOMS aqui representado pela Conselheira. Lembrou ainda que, como o Vaticano tem assento nas Nações Unidas como estado membro o documento poderia ser enviado pela CNBB ao Vaticano e, dessa forma, chegar à consideração de organizações internacionais como a UNCATD. Afirmou que o fortalecimento da sociedade civil é uma necessidade e indagou pelo atual estágio do decreto que visa subsidiar as representações da sociedade civil nas reuniões do CNRH. O Conselheiro João Maurício Cabral de Mello, do Ministério das Relações Exteriores, esclareceu que, em relação a esse relatório, o Itamaraty havia encaminhado à Delegação Brasileira do Itamaraty em Genebra, duas comunicações separadas: uma da área econômica e outra da área de política multilateral, explicando ainda o que seria o Plano Nacional de Recursos Hídricos. Destacou como erro factual, dentre outros constantes na carta ao Cardeal Martine, a citação que o fórum havia sido realizado em Tóquio, quando o mesmo aconteceu em Quioto. Considerou o relatório parcial e manipulado, passando a imagem que o Brasil não estaria preocupado com a questão dos recursos hídricos, o que não retrataria a verdade. O Sr. João Bosco Senra colocou a proposta de Moção referente ao relatório "O Estado Real das Águas no Brasil 2003-2004" (Sinopse) em votação, com o destaque apresentado pelo Conselheiro José Nilson Campos, das Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa, sendo a mesma aprovada. O Conselheiro Maurício Garcia, do Ministério da Educação, pediu que constasse a sua abstenção por concordar com o item 3.1. do Relatório, onde seria citada a omissão do Governo do Estado de Minas Gerais nas atividades de superexploração das águas minerais da região de São Lourenço pela Nestlé, indicando que o relatório teria alguns pontos sérios e verdadeiros. Passando ao **Item 4.1: Apresentação do "Estágio atual de desenvolvimento do Plano Nacional de Recursos Hídricos"** (ANEXO VIII) o Sr. João Bosco Senra facultou a palavra ao Conselheiro Francisco de Assis Souza Filho, das Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa, Presidente da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH, para que procedesse à apresentação. O Conselheiro Francisco de Assis Souza Filho, das Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa, afirmou que, na avaliação da CTPNRH este momento seria de fundamental importância para a elaboração do PNRH e convidou o CNRH a participar das atividades da Câmara Técnica e do processo como um todo. Iniciou sua apresentação com o histórico do Plano e disse que o PNRH deveria ter legitimidade técnica, política, social e institucional, asseverando que todos os setores envolvidos deveriam se sentir contemplados pelo mesmo. Descreveu os volumes que compõem o PNRH e as próximas etapas previstas a serem executadas, dentre elas a videoconferência, no dia oito de novembro, promovida pela CNI. Esclareceu a todos o processo de elaboração do Plano e destacou a presença constante do Secretário de Recursos

Hídricos, Sr. João Bosco Senra, nas reuniões da CTPNRH. O Conselheiro Carlos Alencastre, dos Comitês, destacou o Sistema de Recursos Hídricos do estado de São Paulo, classificando-o como um dos mais antigos e bem estruturados, afirmando que o mesmo mereceria uma maior representatividade nas Comissões Executivas Regionais. Perguntou se ainda poderiam ser acrescidos alguns representantes dos comitês de bacia nas CERs. O Secretário Executivo do CNRH respondeu que as comissões já estariam formadas e que os representantes destacados para as CERs poderão convidar mais três representantes para auxiliar no desenvolvimento dos trabalhos. Agradeceu a apresentação do presidente da Câmara Técnica e elogiou o árduo trabalho realizado pela câmara, sugerindo que a CTPNRH realizasse apresentações do andamento dos trabalhos nas próximas reuniões do CNRH. Passando ao próximo **Item – Informes** o Sr. João Bosco Senra destacou o convite feito pela CNI para participação na videoconferência que tratará do PNRH, a ser realizada dia oito de novembro de 2004, elogiou a iniciativa onde todas as federações estaduais da indústria estarão discutindo o assunto e convidou aos demais setores para reuniões discursivas, ressaltando que o Plano é uma prioridade de governo. O Conselheiro Jairo Lousa, dos Irrigantes, ressaltou a criação, pela Resolução CNRH nº 41, de Grupo de Trabalho no âmbito do CNRH, o qual havia se reunido em Goiânia, no dia 28 de outubro pp. O Conselheiro Jairo Lousa, dos Irrigantes, leu, em seguida, o ofício nº 52/CTCOB/CNRH/MMA (ANEXO IX) que, dentre outras coisas, trazia a solicitação do GT, ao CNRH, de ações efetivas de articulação política e administrativa no sentido de fazer cumprir as determinações do Conselho, especialmente as que se refeririam ao descontingenciamento dos recursos orçamentários da Fonte 134. Falou que o CNRH deveria atuar de forma política através do Secretário Nacional de Recursos Hídricos, via Congresso Nacional, para a consecução dos objetivos pretendidos. A Conselheira Patrícia Boson, da Indústria, entregou ao Secretário Executivo requerimento de urgência para a próxima reunião, solicitando que a Resolução CONAMA nº 20 venha a ser analisada no âmbito das CTs do CNRH, uma vez que ela apresentaria conceitos fortemente ligados à gestão dos recursos hídricos, como o enquadramento dos rios, solicitando também que fosse implementada gestão para a integração dos dois conselhos, CNRH e CONAMA. O Sr. João Bosco Senra disse já haver solicitado ao Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, para que a Resolução nº 20 venha a ser ingressa na pauta do CNRH. O Conselheiro Márcio Hirata, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, falou da realização do Encontro Nascentes do Rio Xingu, realizado no período de 25 a 27 de outubro, no município de Canarana/MT, onde estiveram presentes 200 representações, entre lideranças indígenas, as três esferas de governo, sociedade civil, Confederação Nacional da Agricultura, entre outras, discutindo os aspectos relacionados à área de influência da BR 163, que engloba parte da bacia do Rio Xingu, e que o CNRH deveria procurar saber dos resultados desse evento e os incorporar às discussões. O Sr. João Bosco Senra destacou a realização da Conferência Sul-Americana de Combate à Desertificação, em Fortaleza, com a entrega do Programa de Ação Nacional de Combate a Desertificação - PAN ao Secretário-Executivo da Convenção de Combate à Desertificação da ONU pela Ministra Marina Silva e informou que o documento contendo toda as informações do PAN seria disponibilizado a todos os membros do Conselho em meio digital, e que haverá o lançamento de uma publicação, no início de dezembro, no Rio Grande do Norte. Falou também que ocorrerá um evento, 16 de novembro de 2004, em Roraima, único estado brasileiro que ainda não possui uma política de recursos hídricos, visando auxílio na implementação de uma Política Estadual de Recursos Hídricos e do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos. Em seguida, as 13h15, o Sr. João Bosco Senra agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a XIV Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Recursos

487 Hídricos. E disse ainda que, uma vez aprovada pelo Plenário do CNRH, a presente
488 ata seria assinada por ele, Secretário Executivo do CNRH, e pela Ministra Marina
489 Silva, Presidente do CNRH e encerrou as atividades reforçando o convite para a
490 reunião extraordinária do dia 30 de novembro.

491

492 Marina Silva
493 Presidente

João Bosco Senra
Secretário Executivo